

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLP nº 123, de 2021)

Substitua-se a expressão “transferências previstas nos arts. 166 e 166-A da Constituição Federal” por “transferência prevista no art. 166-A da Constituição Federal” na alínea *a* do inciso III do art. 4º-A da Lei Complementar (LCP) nº 156, de 28 de dezembro de 2016, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 123 de 2021, e no inciso II do §4º da LCP nº 159, de 19 de maio de 2017, nos termos do art. 2º do PLP nº 123, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo manter as transferências previstas nos orçamentos ou em créditos adicionais federais (art. 166 da Constituição) no teto de gastos acordado entre os governos estaduais e a União. A atual redação do PLP implicará, na prática, a extinção do teto de gastos, uma vez que, em tese, todas as transferências da União, voluntárias ou não, vinculadas ou não, devem passar pelo orçamento, e essas transferências representam um elevado percentual das despesas primárias. De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2021¹, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, os estados receberam, em 2020, R\$ 256 bilhões de transferências da União e despenderam R\$ 871 bilhões em despesas primárias. Dessa forma, o PLP propõe excluir do teto de gasto o equivalente a quase 30% das despesas primárias.

O teto de gastos surgiu como uma necessidade de se impor maior disciplina fiscal. No caso da União, foi uma tentativa de limitar o crescimento de gastos, da ordem de 6% ao ano em termos reais, e, com isso, tentar reverter a tendência de alta da relação dívida/PIB. A despeito da recente melhora nas perspectivas para o nosso endividamento, o Brasil ainda deve muito mais do que países com níveis de renda semelhantes. Esse endividamento elevado aumenta a desconfiança na capacidade do governo de honrar suas dívidas e acaba se refletindo em aumento de preços. Não é por menos que, para conter o aumento da inflação, o Comitê de Política Monetária vem promovendo um ciclo de alta da taxa básica de juros da

¹ Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:41464.

economia, com a mais recente decisão elevando a taxa para 9,25% ao ano. Esse ciclo de aperto monetário traz claros prejuízos para a atividade econômica, inclusive, para a capacidade de recuperação de receitas dos estados.

Diante dessa preocupação com a estabilidade fiscal, conto com o apoio dos Pares para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



SF/21723.59550-26